

encaminhado à Seneca pelo Ofício nº  
01516, de 14/9/62

República dos Estados Unidos do Brasil



## Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Dispõe sobre a vacância ministerial.

(Do Dep. Gustavo Capanema e outros)

DESPACHO:

em 18 de agosto de 1962

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Bilac Pinto, em 9/19/62

O Presidente da Comissão de Especial

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr., em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 4636 DE 1962



## SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única.....

Discussão inicial.....

Discussão final.....

Redação final.....

Remessa ao Senado.....

Emendas do Senado aprovadas em..... de ..... de 19.....

Sancionado em..... de ..... de 19.....

Promulgado em..... de ..... de 19.....

Vetado em..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de..... de ..... de 19.....

Lote: 41  
PL N.º 4636/1962  
Caixa: 182  
1



II<sup>a</sup> VIA.

República dos Estados Unidos do Brasil



## Câmara dos Deputados

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Dispõe sobre a vacância ministerial.

(Do Dep. Gustavo Capanema e outros)

DESPACHO:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

em

de

de 19

### DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. deputado Bilac Pinto, em 19/62

O Presidente da Comissão Especial - *Henrique*

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

Ao Sr. \_\_\_\_\_, em 19

O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

PROJETO N.º 4.636 DE 1962



## SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor: .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Lote: 41  
PL N.º 4636/1962

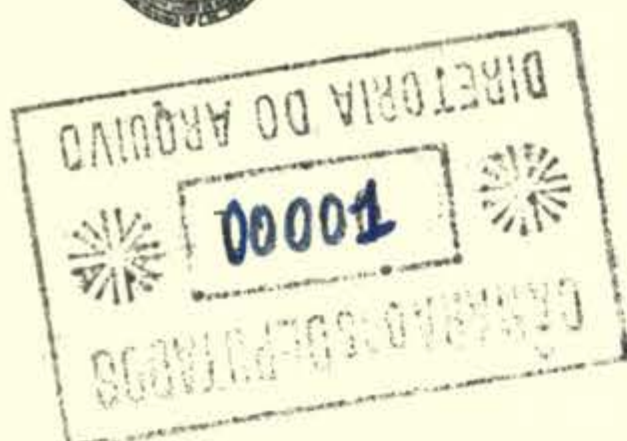
Caixa: 182

2





CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Abertura Especial*  
*12.8.1962*  
*Leví Maurício*

**4636-62**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

~~DO ATO ADICIONAL~~

*(Do Sr. Gustavo Capanema e outros)*

Dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1962.

*Gustavo Capanema*  
(GUSTAVO CAPANEMA)

*Martins Rodrigues*  
(Lider do PSD)

*Romaldo Bandeira*  
(Lider do P.S.P.)

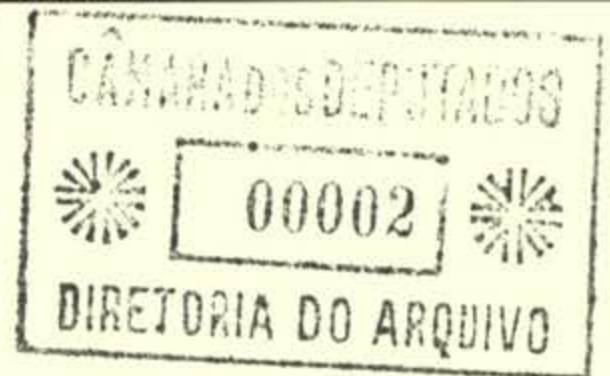
*Leví Maurício*  
(Lider do P.S.P.)

*Q. D. S. M.*  
(Lider do STB)





CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA DAR PARECER AO

PROJETO DE LEI Nº 4.636/62

- PARECER DA COMISSÃO -

A Comissão Especial designada para dar parecer ao Projeto de Lei nº 4.636/62, que "dispõe sobre a vacância ministerial", em reunião realizada no dia 11 de setembro de 1962, apreciando o parecer verbal do Relator, Deputado Bilac Pinto, opinou favoravelmente à aprovação do referido projeto, nos termos do substitutivo que acompanha este parecer. Votaram contra os deputados: Clemens Sampaio e Wilson Fadul.

Estiveram presentes os senhores deputados: Mendes de Moraes - Presidente; Bilac Pinto - Relator; Adauto Cardoso, Arnaldo Cerdeira, Clemens Sampaio, Etelvino Lins, Martins Rodrigues, Oliveira Brito, Pedro Aleixo e Wilson Fadul.

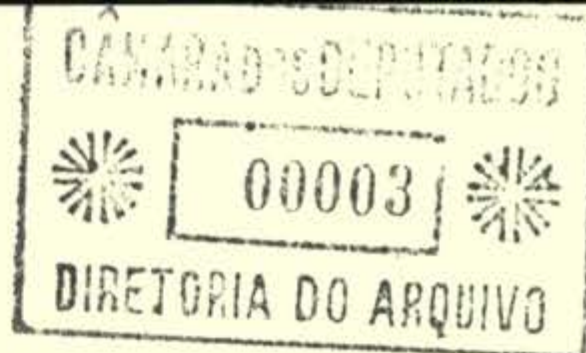
Sala das Comissões Especiais, em 11 de setembro de 1962.

Dep. MENDES DE MORAIS - Presidente

Dep. Bilac Pinto - Relator

/emc.



DECLARAÇÃO DE VOTO

O projeto 4.636/62, que dispõe sobre a vacância ministerial, pretende, certamente, encontrar fundamento jurídico no art. 22 da emenda nº 4. de 2-9-61, que visa a complementação de estrutura do sistema parlamentar de Governo. A nosso ver, porém, ele não complementa a organização do sistema parlamentar, tal como o parlamentarismo foi organizado pelo Ato Adicional.

É que o referido projeto, ao invés de complementar o sistema, na realidade, o modifica, o altera, o reforma, impondo-se de Direito expresso, de Direito escrito.

Quando for demitido o Conselho de Ministros, quer seja voluntária ou compulsória a demissão (pois que a lei não distingue), segundo o artigo 17, parágrafo 2º do Ato Adicional nº 4, caberá aos Subsecretários de Estado, até que constituído outro Conselho, responder pelo expediente das respectivas pastas.

O Feito que acaba de ser mencionado não oferece possibilidade de qualquer vacilação na sua exegese.

Se os Subsecretários respondem pelo expediente até que o novo Conselho de Ministros seja constituído, parece claro que não haverá Ministros, senão quando constituído novo Conselho, pois que se Ministros houvesse, os Subsecretários deveriam exercer suas funções específicas e jamais responder pelo expediente de um Ministério que, embora transitóriamente, se acha ocupado por um titular de categoria ministerial.

Além disso, o Ato Adicional prevê o caso de Conselho de Ministros de caráter provisório, mas o Conselho de Ministros de caráter provisório é previsto pelo Ato Adicional, apenas para a hipótese do período em que a Câmara fechar, dissolvida na forma do art. 14.

O Projeto nº 4.636 contém regra cujo sentido e finalidade não cabe aqui discutir. Boa ou má, essa regra será sempre má na sua essência, uma vez que ela expressa uma norma contrária às disposições constitucionais vigentes e o Congresso, que é o poder constituído, não pode através de atos normais da legislatura, ferir essas disposições constitucionais.

Como emenda à Constituição tramitando na forma e sob o rito da lei, o assunto poderá ser considerado, mas aí, é bom advertir, cum pre não esquecer que o momento evidencia a conveniência de não tocar mais no texto constitucional sem que as alterações a fazer objetivem a manifestação do povo para ratificá-las ou não através de Plebiscito ou de referendo.

Assim V O T O pela inconstitucionalidade do Projeto

Em 11. 9. 1962

Dep. Clemens Sampaio



Emenda Plenário -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de  
Geral  
M. 9.1.962

Nº 1

Emenda ao Projeto Nº 4636/62

Suprima-se o Parágrafo  
1º do Artº 1º

Sala dos Senhores, 11/8/62

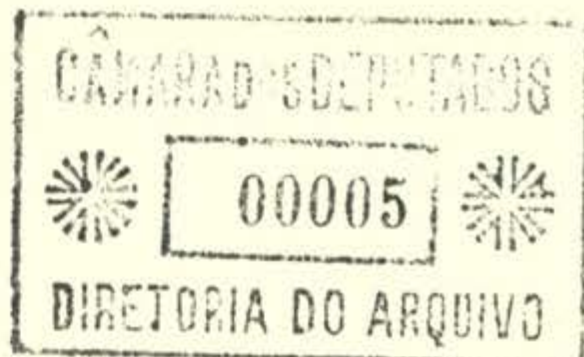
  
Augusto de Mello





CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMENDAS PLENÁRIO -



Nº 2

Emenda ao Projeto 4.686/62

De: Sr. e Sr. L. Mendes

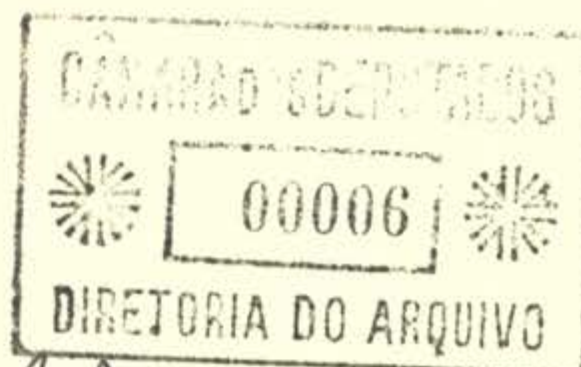
Art. 1º "Vejam-se por qual quer  
motivo o cargo de Presidente do  
Conselho de Ministros, o Presidente  
da República após a forma  
da que dispõe o art. 8º do  
ato adicional número 4.

Feito em sessão, 11 de Setembro  
de 1962





CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Aprovado,  
11. 9. 1962.*

Senhor Presidente:

Requeremos urgência, de acordo com o art. 64 da Resolução nº 71, de 1962, para o Projeto nº 4.636, de 1962, que dispõe sobre a vacância ministerial.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1962.

*Queiroz Filho - UDN - LIDER*  
*Martins Rodrigues - PSD - LIDER*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS  
00007  
DIRETORIA DO ARQUIVO

COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA PARA DAR PARECER AO PROJETO DE  
LEI Nº 4.636/62

PARECER DA COMISSÃO

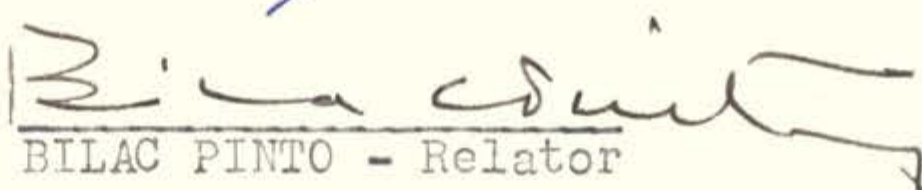
A Comissão Especial designada para dar parecer ao Projeto de Lei nº 4.636/62, que "dispõe sobre a vacância ministerial", em reunião realizada no dia 11 de setembro de 1962, apreciando o parecer do Relator - Deputado Bilac Pinto, sobre as emendas oferecidas em plenário à referida proposição, resolveu aprovar a emenda de nº 1 e rejeitar a de nº 2.

Votaram contra a rejeição da emenda de nº 2 os Deputados Wilson Fadul, Clemens Sampaio e Manoel Novaes.

Estiveram presentes os senhores Deputados Mendes de Moraes - Presidente, Wilson Fadul - Vice-Presidente, Bilac Pinto - Relator, Adauto Cardoso, Arnaldo Cerdeira, Clemens Sampaio, Etelvino Lins, Manoel Novaes, Martins Rodrigues, Oliveira Brito e Pedro Aleixo.

Sala das Comissões Especiais, em 11 de setembro de 1962.

  
MENDES DE MORAES - Presidente

  
BILAC PINTO - Relator



Dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 12 DE SETEMBRO DE 1962.

Ranieri Lessa

Yuri I'fano

Milton Brand



Proj. 4636A-62.

P.L. C n° 151/62

Lote: 41  
PL N° 4636/1962  
Caixa: 182  
10



603

14 de setembro de 1962,  
A Comissão Especial  
em 14.9.62 (H. Vokw.)  
R. Massil

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, a fim de que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal aprovou, com emendas, o projeto de lei ( nºs.. 4 636-A, de 1962, na Câmara dos Deputados, e 151, de 1962, no Senado Federal), que dispõe sobre a vacância ministerial.

2. Em anexo, encaminho a Vossa Excelência os autógrafos referentes às emendas em aprêço, bem como, em devolução, um dos da proposição primitiva, oriunda dessa Casa.

3. Para acompanhar o estudo das emendas do Senado nas Comissões competentes da Câmara dos Deputados, na forma do art. 39, § 1º do Regimento Comum, foi designado o Senhor Senador Milton Campos, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha perfeita estima e distinta consideração.

Guido Mondin

Senador Guido Mondin

1º Secretário, em exercício

A Sua Excelência o Senhor Deputado José Bonifácio  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
HB/





*Handwritten signature*

Emendas do Senado ao Projeto de Lei  
da Câmara que dispõe sobre a vacância ministerial.

Nº 1

(de redação)

À ementa.

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

"Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências."

\*\*\*\*

Nº 2

(de Plenário)

Inclua-se onde convier.

"Art. A Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, será submetida a "referendum" popular no dia 6 de janeiro de 1963.

§ 1º. Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o sistema de governo na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º. Terminado êsse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, ou voltará a vigorar, em sua plenitude, a Constituição Federal de 1946, conforme o resultado da consulta popular.



- 2 -

§ 3º. Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado a lei eleitoral vigente.

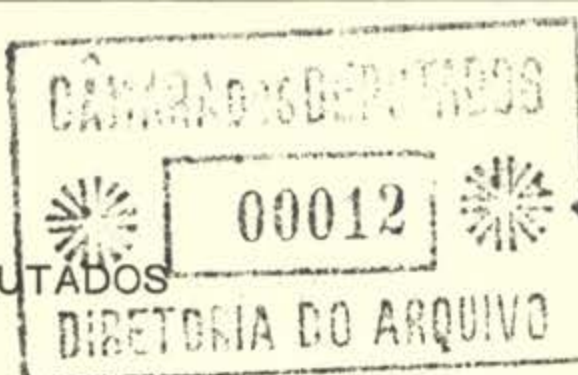
SENADO FEDERAL, EM 14 DE SETEMBRO DE 1962.

*Luiz Moura Andrade*  
*Elisio Pandey*  
*Fernandes Javors.*





CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Handwritten signature and date:*  
14.9.1962

REDAÇÃO FINAL

PROJETO N.º 4.636/62

Dispõe sobre a vacância ministerial e  
dá outras providências.

O Congresso Nacional, na forma do art. 22 do Ato Adicional,  
**DECRETA:**

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - A Emenda Constitucional nº 4 será submetida à "referendum" popular no dia 6 de janeiro de 1963.

§ 1º - Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará dentro do prazo de 90 dias, o sistema de governo na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º - Terminado êsse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, ou voltará a vigorar em sua plenitude a Constituição de 1946, conforme o resultado da consulta popular.

§ 3º - Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado a lei eleitoral vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de setembro de 1962.

*Handwritten signature of Wilson Fadul*  
WILSON FADUL - Vice-Presidente, no  
exercício da Presidência

*Handwritten signature of Bilac Pinto*  
BILAC PINTO - Relator

/emc.



*Mandim*

Emendas do Senado ao Projeto de Lei  
da Câmara que dispõe sobre a vacância ministerial.

Nº 1  
(de redação)

À ementa.

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

"Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências."

\*\*\*

Nº 2  
(de Plenário)

Inclua-se onde convier.

"Art. A Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1 961, será submetida a "referendum" popular no dia 6 de janeiro de 1 963.

§ 1º. Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o sistema de governo na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º. Terminado êsse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1 961, ou voltará a vigorar, em sua plenitude, a Constituição Federal de 1 946, conforme o resultado da consulta popular.



§ 3º. Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado a lei eleitoral vigente.

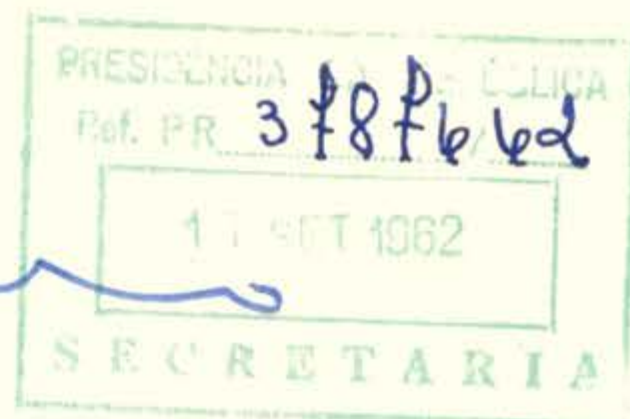
SENADO FEDERAL, EM 14 DE SETEMBRO DE 1962.

Luís Moura Andrade  
Eládio Bandeira  
Fernando Paiva



A Diretoria do Expediente.  
Em 18/9/62.

*[Handwritten signature]*  
P. Secretário



Em 16 de setembro de 1962.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:



P. 4836-62

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Mensagem do Senhor Presidente da República, restituindo autógrafos de projeto de lei do Congresso Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração.

*[Handwritten signature]*  
HUGO DE ARAUJO FARIA  
Chefe do Gabinete Civil,  
Substituto

A Sua Excelência o Senhor Doutor JOSÉ BONIFÁCIO LAFAYETTE DE ANDRADA  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados  
/AIS.



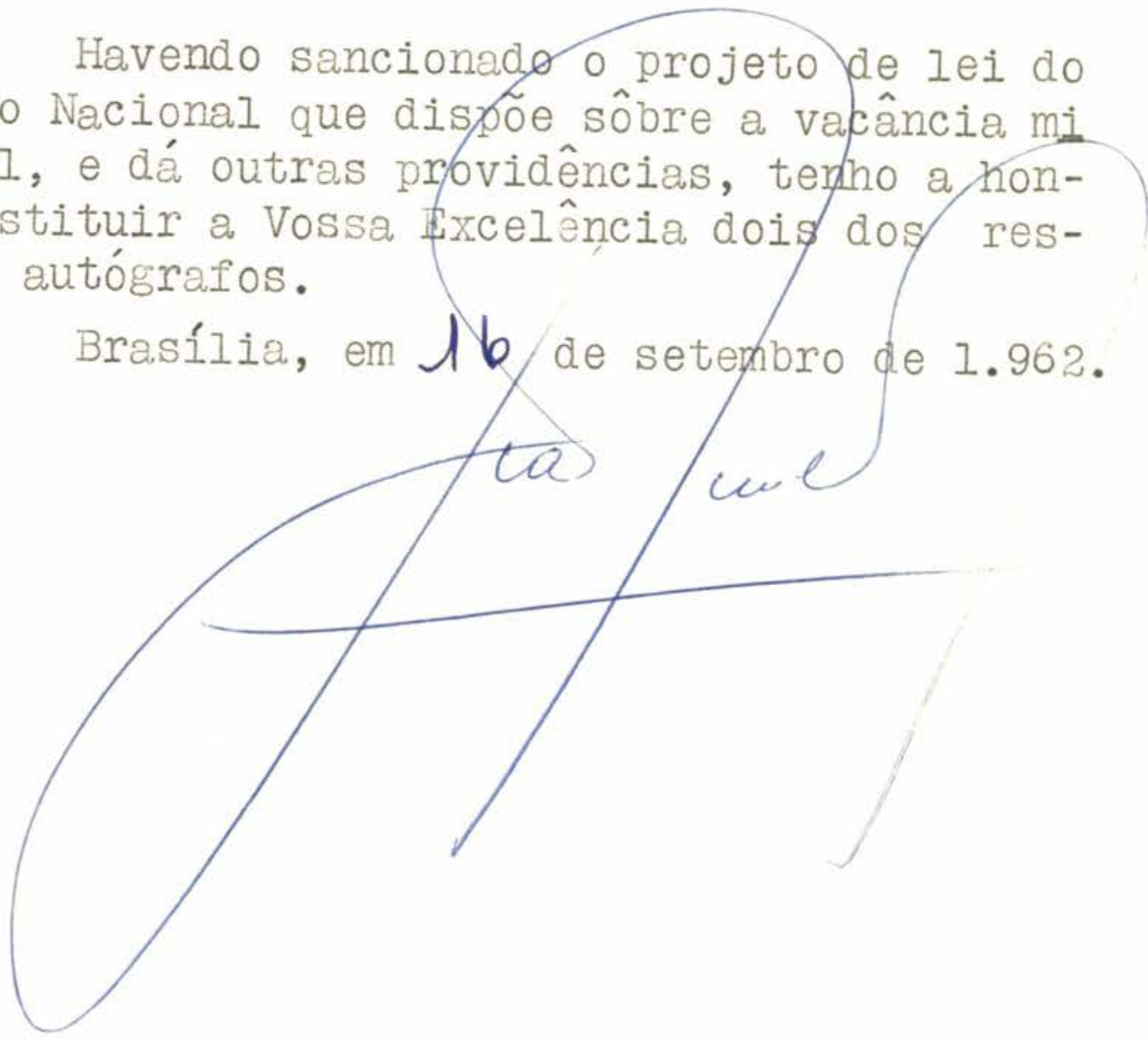
Nº 222

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara dos Deputados:

Havendo sancionado o projeto de lei do Congresso Nacional que dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências, tenho a honra de restituir a Vossa Excelência dois dos respectivos autógrafos.

Brasília, em 16 de setembro de 1.962.

*ta* *ue*





*16-9-62*

Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único - As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - A Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, será submetida a "referendum" popular no dia 6 de janeiro de 1963.

§ 1º - Proclamado pelo Superior Tribunal Eleitoral o resultado, o Congresso organizará, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o sistema de governo na base da opção decorrente da consulta.

§ 2º - Terminado êsse prazo, se não estiver promulgada a emenda revisora do parlamentarismo ou instituidora do presidencialismo, continuará em vigor a Emenda Constitucional nº 4, de 2 de setembro de 1961, ou voltará a vigorar, em sua plenitude, a Constituição Federal de 1946, conforme o resultado da consulta popular.



§ 3º - Terão direito a votar na consulta os eleitores inscritos até 7 de outubro de 1962, aplicando-se à sua apuração e à proclamação do resultado a lei eleitoral vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 15 DE SETEMBRO DE 1962.

*Kaizerhausen*  
*W. D. C. Coligny*  
*Milton Brandes*

/bs.



Substitutivo da Comissão Especial ao Projeto nº 4.636, de 1962, que dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional -  
nal, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

§ 1º - Se a vaga não decorrer da perda da confiança parlamentar, passarão a integrar o Conselho Provisório os Ministros do extinto Conselho, que assentirem em permanecer nos seus postos.

§ 2º - As pastas não preenchidas, na forma do princípio deste artigo e do parágrafo anterior, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1962.

MENDES DE MORAES - Presidente

BILAC PINTO - Relator.

rcs./



Substitutivo da Comissão Especial ao Projeto nº 4.636, de 1962, que dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

§ 1º - Se a vaga não decorrer da perda da confiança parlamentar, passarão a integrar o Conselho Provisório os Ministros do extinto Conselho, que assentirem em permanecer nos seus postos.

§ 2º - As pastas não preenchidas, ~~na forma do princípio deste artigo e do parágrafo anterior~~, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1962.

MENDES DE MORAES - Presidente

BILAC PINTO - Relator.

rds./



Substitutivo da Comissão Especial ao Projeto nº 4.636, de 1962, que dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do Art. 22 do Ato Adicional, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

§ 1º - Se a vaga não decorrer da perda da confiança parlamentar, passarão a integrar o Conselho Provisório os Ministros do extinto Conselho, que assentirem em permanecer nos seus postos.

§ 2º - As pastas não preenchidas, na constituição do Conselho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1962.

M. de Moraes - Presidente

Belac P.

res./





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL PARA DAR PARECER AO  
PROJETO Nº 4.636, de 1962.

Substitutivo de Comissão Especial ao Projeto nº 4.636 e às emendas oferecidas em Plenário, à referida proposição.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional,  
D E C R E T A:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá - com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas, na forma do princípio deste artigo, ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1962.

---

Dep. MENDES DE MORAES - Presidente

---

Dep. BILAC PINTO - Relator





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO

Nº 4.636 — 1962

Dispõe sobre a vacância ministerial.

(Do Sr. Gustavo Capanema e outros)

(A Comissão Especial).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Con-

selho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1962. — *Gustavo Capanema*. — *Martins Rodrigues*, (Líder do PSD). — *Arnaldo Cerdeira*, (Líder do P.S.P.).





PROJETO Nº 4.636/62

(Do Sr. Gustavo Capanema e outros)

Dispõe sobre a vacância ministerial

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1962.

As.) Gustavo Capanema  
Martins Rodrigues  
Arnaldo Cerdeira  
Pedro Aleixo  
Almino Afonso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Phuanga, A  
de 11.9.1962*

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO Nº 4.636-A, de 1962

Dispõe sobre a vacância ministerial.

O CONGRESSO NACIONAL, na forma do art. 22 do Ato Adicional, decreta:

Art. 1º - Vagando, por qualquer motivo, o cargo de Presidente do Conselho e, conseqüentemente, os dos demais Ministros, o Presidente da República, sem prejuízo da observância do art. 8º do Ato Adicional, nomeará um Conselho Provisório, que se extinguirá com a formação do novo Conselho de Ministros.

Parágrafo único. As pastas não preenchidas na constituição do Conselho Provisório ficarão sob a gestão dos respectivos Subsecretários de Estado, na forma do § 2º do art. 17 do Ato Adicional.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1962

*A. Henriquez*  
*R. Costa*



# OBSERVAÇÕES

CAMARA DOS DEPUTADOS  
00013

DOCUMENTOS ANEXADOS: .....